



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Angélica Kohls Schwanz, Doutoranda PPGDR/UNISC, Bolsista Prosuc II/CAPES; Mestra em História (UEM, 2010); Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material (UFPEL, 2005) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL, 1998).

Liliane da Cruz Caldas, Doutoranda PPGDR/UNISC, Bolsista Prosuc II/CAPES; Mestra em Dirección y Planificación del Turismo (Univ. de Málaga/Espanha, 2011) e graduada em Hotelaria (2018) e Turismo (UCPEL, 2003).

Resumo: A homogeneização dos serviços e produtos devido à globalização, vem descaracterizando e fragmentando as regiões, os municípios e territórios. O patrimônio cultural, enquanto base para a formação das identidades, se apresenta como elemento essencial para a viabilização do turismo e como ativo para o desenvolvimento regional. Entretanto, a legislação e os debates sobre planejamento e desenvolvimento regional no Brasil, têm se concentrado em questões de ordem social, econômica e ambiental, enquanto que o turismo e o patrimônio cultural são abordados de forma superficial nos Planos Diretores Municipais e de Desenvolvimento Regional, favorecendo que o patrimônio edificado sofra com o descaso, com a pressão do mercado imobiliário e com a falta de investimentos para sua conservação e divulgação. Na cidade de Pelotas, as Charqueadas foram fundamentais na formação urbana e hoje, parte das que ainda se mantêm preservadas, são utilizadas para o desenvolvimento da atividade turística. O presente trabalho, tem como objetivo, analisar as Charqueadas como ativo para o desenvolvimento regional, fundamentado no turismo de base cultural, bem como apresentar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como ferramenta para a participação social e de desenvolvimento regional. Esse artigo expõe um análise das legislações existentes e das ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Identifica-se a necessidade de ações urgentes que fortaleçam os vínculos das comunidades locais com o Sítio Charqueador e o desenvolvimento do TBC como uma importante ferramenta para o fortalecimento destes vínculos, além de fator determinante para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Pelotas. Preservação. Charqueadas. População local.



Introdução

O mundo globalizado que tende à padronização e homogeneização, apresenta em contraposição, uma busca pelo local e pelas manifestações autênticas. Neste cenário o Turismo Cultural tem se fortalecido nos últimos anos e a busca por destinos que valorizam a cultura local aumentou de forma significativa. Do mesmo modo, a valorização dos aspectos genuínos de cada localidade passa, necessariamente, pela inclusão da população local como protagonista no processo de planejamento e implementação da atividade turística.

Este segmento do turismo, caracterizado pela valorização da cultura local em suas diversas formas, se apresenta como uma importante ferramenta de desenvolvimento regional. Ao pensar o desenvolvimento a partir das potencialidades locais, o turismo cultural surge em oposição ao turismo de massas ou predatório, que visa basicamente indicadores econômicos. Deste modo, através de uma visão mais integrada dos processos de desenvolvimento, a atividade turística se volta para o desenvolvimento ambiental e social.

O patrimônio cultural, enquanto base para a formação das identidades, se apresenta como elemento essencial para a viabilização do turismo cultural e como ativo para o desenvolvimento regional. Porém, essa percepção é bastante recente e ao se analisar a situação brasileira, ainda que no campo do turismo e do patrimônio seja consenso a urgência do desenvolvimento de planos integrados de preservação e de desenvolvimento turístico, percebe-se uma forte pressão mercadológica sobre os ativos locais. Essa pressão coloca em risco as formas de produção tradicionais através da homogeneização cultural, enquanto que o patrimônio edificado sofre com o descaso, com a pressão do mercado imobiliário e com a falta de investimentos para sua conservação e divulgação.

As discussões e a legislação sobre planejamento e desenvolvimento regional no Brasil têm se concentrado em questões de ordem social, econômica e ambiental, enquanto que o turismo e o patrimônio cultural são abordados de forma superficial nos planos diretores municipais e de desenvolvimento regional.

Deste modo para se pensar o desenvolvimento de determinada porção espacial, seja uma região, um município ou um território, faz-se necessário compreender os processos e as relações existentes de uma forma mais ampla, sua relação com a totalidade. Mas para que isso ocorra, é imprescindível uma análise profunda da situação local, assim como a inclusão dos diversos atores no processo. Compreender as relações que a distinguem, quais os elementos constitutivos de sua identidade, seu capital social, ambiental e cultural permitem um diagnóstico mais preciso e, portanto, um planejamento ancorado nas reais necessidades



da população local. Nesse sentido, o patrimônio cultural e o turismo de base comunitária se apresentam como ferramentas importantes para o desenvolvimento de determinada região.

Pretende-se assim apresentar na sequência desta introdução, um estudo sobre as Charqueadas Pelotenses como ativos para o desenvolvimento regional, enquanto elementos importantes para a formação socioespacial do município de Pelotas e região sul do estado, fundamentado no turismo de base cultural. Para tanto, a pesquisa foi elaborada com base em uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, da análise das legislações existentes e das ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Pelotas e proprietários desses estabelecimentos.

O texto se estrutura a partir de uma contextualização histórica das charqueadas e da formação urbana de Pelotas até a atualidade; discorre sobre a importância do patrimônio para o desenvolvimento de base territorial; em seguida apresenta os conceitos de turismo cultural e a situação atual das sedes das charqueadas e a importância do turismo de base comunitária e por fim, as considerações finais.

1. O estabelecimento das charqueadas e a formação urbana de Pelotas

O município de Pelotas teve sua formação no período em que a Coroa Portuguesa procurava consolidar seu domínio na fronteira sul do continente americano, local de constantes disputas com a Coroa Espanhola. Diversos fatores contribuíram para a ocupação dessas terras, como os rebanhos livres provenientes das Vacarias do Mar; mercado propício, possibilidade de transporte pelo Porto de Rio Grande e a força de trabalho escravizada.

Em 1758, o rincão de Pelotas foi doado pelo governador Gomes Freire de Andrade a Tomás Luís Osório, terras onde posteriormente seriam implantadas sete charqueadas, seis na margem esquerda do Arroio Pelotas e uma na Laguna dos Patos, vinculadas, ou não, às fazendas que lhes deram origem (GUTIERREZ, 2001). Essa doação ocorreu provavelmente pela participação de Gomes Freire na luta contra Sepé Tiaraju e na guerra Guaranítica na fortaleza Jesus-Maria-José, em Rio Pardo.

Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e a saída dos espanhóis do Rio Grande foram instaladas as primeiras charqueadas. Tanto a literatura uruguaia quanto riograndense, precisam o ano de 1780, para o estabelecimento da atividade saladeiril. A ocupação desse território “remete-se ao período no qual a Coroa Portuguesa buscava consolidar a ocupação da fronteira sul de seus domínios no continente americano, objeto de constantes disputas com a Coroa Espanhola” (CARRASCO, 2017) sendo que foram várias as condições que levaram ao estabelecimento desta atividade, dentre elas, o gado criado solto



vindo das Vacarias do Mar, a posição geográfica, a proximidade com o Porto de Rio Grande e os cursos d'água, que facilitavam o escoamento e a incorporação da mão de obra escravizada.

As charqueadas se constituíram como elemento impulsionador do desenvolvimento de um simples povoado. Em apenas um século, a cidade tornou-se a mais próspera da província com acelerado crescimento populacional, sendo que, no ano de 1810 foram iniciadas as tratativas para implantação do núcleo urbano e em 1812 foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula. O início da construção da capela da freguesia, pelo capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, legitimou o ato de fundação e em 1815, foi contratado o piloto de sesmarias Maurício Inácio da Silveira “para realizar a medição, o projeto de parcelamento do solo e a demarcação dos lotes, das áreas públicas e do sistema viário” (CARRASCO, 2017), levando em conta a demarcação dos terrenos das fábricas já que

O desenvolvimento da produção e comercialização do charque exigia a constituição de um território no qual ocorresse a convergência entre diversos mercados (de força de trabalho, de terras e financeiro) e a infraestrutura necessária para sua articulação (bancos e casas comerciais), como forma de sistematizar e aperfeiçoar a atividade produtiva central e a sociabilidade dela resultante (CARRASCO, 2017, p. 598).

Essa necessidade de fortalecimento da elite local, reforçava a urgência de se estabelecer um núcleo urbano que amparasse e legitimasse a força produtiva. Assim, a produção do espaço urbano se dá da mesma forma que as relações sociais, baseado na concentração de riquezas. Para Gutierrez, possivelmente a mão de obra escravizada era utilizada nas olarias encontradas nas charqueadas nos períodos da entressafra “erguendo, ampliando, conservando toda sorte de prédios urbanos, que o desenvolvimento fabril charqueador impulsionava, e mantendo as instalações rurais os charqueadores possuíam nos distritos situados ao sul da área fabril” (GUTIERREZ, 2001, p. 177). Em 1827, o terreno para instalação do segundo loteamento, foi doado por Mariana Eufrásia, o núcleo urbano crescia em direção ao Canal São Gonçalo e em 1834 foi criado o loteamento.

O modo de produção desenvolvido nas charqueadas sofria com a instabilidade, pois tinha como concorrentes diretos os saladeiros do Rio da Prata, que possuíam mão de obra livre e assalariada e, portanto, um rendimento maior. Para Cardoso (1997 *apud* Carrasco 2017, p. 599) “[...] a concorrência entre “saladeiros” e “charqueadas” significava a luta entre



duas formas diversas de produção econômica: uma mais presa à situação colonial e escravocrata, outra mais ligada à produção capitalista [...]”, este quadro impediu o surgimento de uma economia moderna, com bases industriais, restando à elite escravocrata detentora do capital, investir na produção do espaço urbano.

O núcleo urbano foi ampliado nos anos 1858 e 1870 pelos chamados 3º e 4º loteamentos, sendo que no ano de 1850 foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 6010). Também, em 1850, se deu o fim do tráfico de escravos, essas duas leis, contribuíram sobremaneira para a construção das relações espaciais e sociais na Pelotas do século XX, já que, uma versava sobre as formas de acesso à terra e a outra, sobre a organização do mercado de trabalho em uma sociedade de bases escravagistas. Segundo Lefebvre (2006, p. 13) o “modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo)”.

Ainda que as charqueadas não representassem de forma plena o sistema mercantil de produção capitalista, a cidade que surgia iria consolidar essa modernização a partir da

fragilidade da igualdade jurídica entre os cidadãos, o predomínio do trabalho escravo sobre o assalariado e uma base produtiva centrada na exploração da mais valia absoluta (utilização intensiva de trabalho humano em detrimento da mecanização) indicavam o caráter crítico (no sentido de constituir-se principalmente como crise) do processo de formação e reprodução das categorias fundamentais do capital, típico dos contextos de modernização retardatária. (CARRASCO, 2017, p. 598)

Com a abolição da escravidão, as charqueadas brasileiras entraram em um processo de crise enquanto competiam com os “saladeiros” do Rio da Prata e o espaço urbano, através da construção civil e o mercado financeiro, foram a forma com que a elite pelotense garantiu a acumulação e concentração de riquezas, ainda que de forma instável, devido a decadência da atividade charqueadora, pois reinvestir na atividade, não fazia mais sentido (CARRASCO, 2017, p. 599).

A transição para o século XX foi marcada pela decadência da atividade charqueadora e pela grande presença de negros na formação de mão de obra de reserva, já que em 1891 a população urbana de Pelotas contava com 30,7% de negros. A solução adotada à época, foi a construção de edificações precárias, os “cortiços pelotenses: *o galpão, o portão e os contrafeitos*”. Deste modo a produção do espaço urbano pelotense foi profundamente marcado pela manutenção do domínio político, econômico e social da elite charqueadora, assim



A cidade dos casarões, de arquitetura sofisticada, dos teatros e dos chafarizes, era também a cidade das senzalas e dos cortiços, expressando em sua forma urbana, e na sociabilidade dela derivada, as ideias que conformavam o arcabouço ideológico sobre o qual se justificavam e se legitimavam as contradições latentes observadas entre os modos de pensar e de agir, entre a moral pública e a privada e entre a reivindicação da civilização como horizonte a ser alcançado a partir da generalização da barbárie. (CARRASCO, 2017, p. 802)

Ainda no início do séc. XX, a área urbana passou por um processo de higienização e substituição dos cortiços pelos conjuntos de unidades habitacionais para aluguel, sendo estes mais rentáveis a longo prazo. Porém, essas construções foram implantadas fora do perímetro de exclusão dos cortiços e, assim, o espaço urbano de Pelotas ficou marcado por fragmentações e desigualdades, já que a infraestrutura, os serviços e a arquitetura de qualidade ficavam dentro deste perímetro. Esse modelo definiu o desenvolvimento urbano durante todo o século XX, sendo que, dados da Universidade Federal de Pelotas (2013), mostram que atualmente cerca de 30% da população pelotense vive em áreas de urbanização precárias, sendo que várias destas se encontram próximas às antigas sedes das charqueadas.

1.1 Situação da população do entorno das Charqueadas

Para compreender a necessidade de inclusão e do envolvimento da população do entorno das Charqueadas no processo de desenvolvimento territorial, é necessário avaliar alguns dados sobre essa população.

O relatório que embasou a criação da área de especial interesse cultural “Sítio Charqueador Pelotense” (2006) (AEIC), apresenta um panorama da média salarial das populações no entorno dos sítios charqueadores, sendo que em 30,8% (quatro sedes) a média salarial varia entre meio e um salário mínimo (Calheca, Barão de Santa Tecla, Inácio Xavier e São João); 23,8% (três sedes), a média é de um a dois salários mínimos (Santa Rita, Boaventura Rodrigues Barcelos e Barão de Arroio Grande). Em 23,08% (três sedes) a renda é de mais de 20 salários (Antonio Castro, Bernardino Rodrigues Barcelos e Barão do Jarau). Os 23,04% restantes, são sedes em área rural (Estância da Graça, charqueada Visconde de Jaguari e Barão de Butuí), cuja renda salarial não foi apresentada no relatório.

Também pode-se destacar que 38,46% (cinco sedes) estão localizadas próximas (cerca de 300 metros) a áreas de ocupação irregular (São João e Santa Rita, vizinhas à Vila



da Palha, Calheca – inserida na Vila da Balsa - e Inácio Xavier e Barão de Santa Tecla, próximas à vila de Pescadores da margem norte do canal São Gonçalo) (GUTIERREZ, 2006, p. 11). Essas áreas, em sua maioria, não apresentam em seu entorno próximo áreas de lazer, equipamentos urbanos, o serviço de transporte coletivo atende de forma satisfatória somente uma das sedes. Mais da metade das sedes estão localizadas em zonas de alagamento.

A partir desses dados, percebe-se uma fragmentação socioespacial, através dos vários grupos diferentes que vivem próximos aos Sítios Charqueadores, essa situação potencializa as diferenças e aumenta as desigualdades, configurando

uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios. (SALGUEIRO, 1998, p. 39, grifo da autora)

Além disso, no entorno das sedes, onde atualmente se desenvolvem atividades turísticas, a média salarial é baixa - São João, Santa Rita, Boaventura Rodrigues Barcelos (Costa do Abolengo) e Barão do Arroio Grande (Boa Vista) e, como foi descrito anteriormente, há situação de vulnerabilidade social em outras áreas de abrangência do Sítio Charqueador que justificam a inclusão da população no processo da atividade turística, como por exemplo através da implementação do Turismo de Base Comunitária, como oportunidade de impulsionar o desenvolvimento local.

Salienta-se que o diagnóstico elaborado para embasar a definição da Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Sítio Charqueador Pelotense, já destacava essas áreas como prioritárias para investimento, sendo elas: ocupação Anglo, Vila da Balsa, Vila da Palha, Vila dos Pescadores, Vila Mário Meneghetti e Loteamento Marina Ilha Verde. O relatório definiu diretrizes gerais para a requalificação desses locais e serviu de base para a delimitação do chamado Sítio Charqueador, que inclui as 13 sedes existentes como AEIC's na revisão do Plano diretor aprovado em 2008 e, em 2017, na inclusão das 13 sedes no Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Pelotas.

Essas ações, ainda que tardias, apontam para uma maior valorização dessas áreas a partir de uma visão integrada de desenvolvimento. Porém, o que se percebe ainda, é a falta de regulamentação do Plano de Preservação e de integração e articulação entre as secretarias municipais e com a população local, para a efetiva viabilização dessas diretrizes.



2. O patrimônio cultural como ativo para o desenvolvimento local

A compreensão do patrimônio como um ativo para o desenvolvimento urbano, no âmbito brasileiro, tem se fortalecido principalmente a partir da constituição federal de 1988, que dedica o artigo 216 ao tema e define patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e, a partir da elaboração do Estatuto da Cidade, que em seu artigo 2º afirma que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” e estabelece como uma delas, a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001).

Em um período de incertezas e de homogeneização das culturas, o patrimônio arquitetônico, por estar fortemente presente no cotidiano da população, tem um papel fundamental para a manutenção da memória coletiva, pois é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidades” e esse vínculo, se dá através da memória auxiliada pelo entorno material, já que “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BOSI, 2003, p.16). Deste modo, em áreas fragilizadas, os vínculos com o lugar podem contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento e da autoestima e servir como ferramenta para o desenvolvimento.

Ao considerar o patrimônio como portador de significados e base para a formação das identidades territoriais, os grupos se identificam e se diferenciam a partir de sua relação com esses elementos da paisagem. Porém, no caso das Charqueadas Pelotenses, percebe-se uma forte identificação a partir do olhar dos grupos hegemônicos, o que fica ainda mais evidente quando se analisa os remanescentes construídos desses locais que não apresentam vestígios das senzalas ou dos negros que ali trabalhavam e viviam. Enquanto os casarões testemunham um período de grande desenvolvimento econômico e acumulação de riquezas, apagam a memória dos escravizados.

A permanência das sedes, em detrimento dos espaços de trabalhos, tem uma função de apagamento da contribuição dos negros para a formação socioespacial de Pelotas e região. Do mesmo modo que as referências afrodescendentes ainda são pouco reconhecidas, a participação das comunidades nas imediações das sedes é praticamente inexistente, perpetuando a forma excludente com que se usufrui desses bens.

Compreender e promover o desenvolvimento sob uma perspectiva inclusiva e sustentável deve necessariamente passar por uma ampla participação da sociedade, a partir das várias contribuições e dos vários grupos que a compõem e neste contexto o turismo



cultural se mostra como uma alternativa seguindo um modelo “de políticas públicas de desenvolvimento, visando associar o fenômeno do turismo à preservação do patrimônio cultural por meio de seus instrumentos de promoção, propiciando o consequente crescimento econômico e social com base no direito à cultura” (TOMIO & HEREDIA, 2018, n/p).

3. Turismo cultural nas charqueadas

3.1. Turismo cultural

Dentre as ações do Ministério do Turismo, a segmentação do turismo é uma das estratégias¹ tanto para a estruturação, quanto para a comercialização de um destino. Determinar se um destino se destaca pelo seu potencial cultural, é reconhecer que sua riqueza provém de seu valor histórico/cultural, seja pelo seu patrimônio material ou imaterial. A experiência turística promove que “(...) ao sair de seu ambiente, o turista entra em contato com novos sabores da culinária local, com as músicas mais pedidas nas estações de rádio do local, com a forma dos habitantes locais de lidarem com visitantes”², no entanto, para definir esta experiência como turismo cultural, este deve ter como motivação principal de sua viagem, a cultura de um determinado local.

Pelotas, no ano de 2018, recebeu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o duplo reconhecimento através do certificado de tombamento do Conjunto Histórico de Pelotas (patrimônio material) e do registro da Tradição Doceira da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (patrimônio imaterial). Além deste reconhecimento, é notório o esforço por parte da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI) na divulgação, seja por meio de seus materiais impressos e no ambiente virtual, dos atrativos culturais. Mesmo que a cidade possua diferentes segmentos, este é o mais desenvolvido e trabalhado dentre eles.

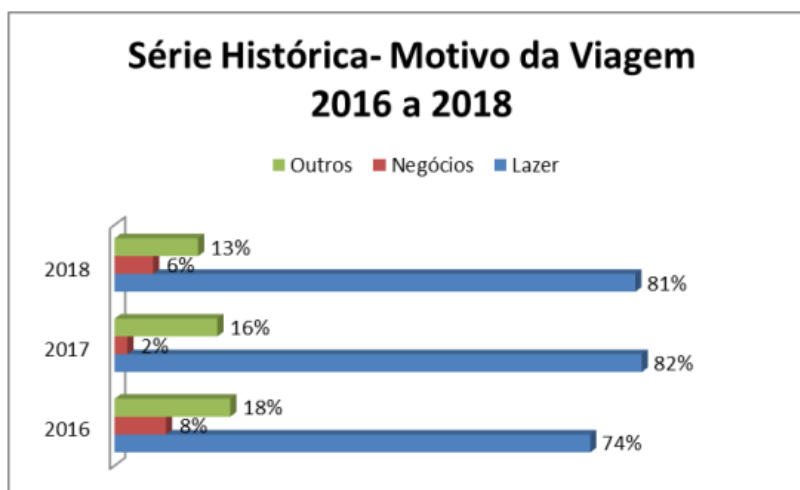
Segundo o Informe Estatístico do Turismo, elaborado anualmente pela SDETI, a principal motivação da viagem dos turistas atendidos nos Centros de Atenção ao Turista-

¹ Brasil. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

² BRASIL, Ministério do Turismo & Unicamp. Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro - O Turismo Cultural no Brasil. Brasil: Ministério do Turismo, 2006.

CATs, desde o início do registro da série, é o turismo de lazer, conforme mostra o gráfico na Figura 1.

Figura 1: Informações turísticas mais solicitadas em 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas- SDETI, Informe Estatístico do Turismo de Pelotas, 2020.

A diferença do turista de lazer para os demais, é que este busca visitar e conhecer os atrativos de cunho cultural, lazer, entretenimento, etc., oferecidos pelo destino. Sendo assim, as charqueadas, pelo que representam historicamente, além dos serviços e atividades que ali oferecem, enquadram-se na categoria de turismo cultural e, por sua vez, têm o privilégio, por meio de sua beleza, seja pelo seu entorno natural, quanto pelo seu nível de preservação, representam de forma muito significativa e satisfatória, o seu legado histórico/cultural.

3.2 Turismo na rota das Charqueadas

Um dos principais atrativos turísticos de Pelotas é a visitação às charqueadas. O Roteiro das Charqueadas foi instituído pela Lei Nº 4977, de 14 de outubro de 2003, com o intuito de proteger e promover os elementos histórico-culturais resultantes do ciclo econômico da produção do charque no município. No que se refere ao espaço turístico em questão, atualmente são identificadas quatro sedes operantes no segmento, sendo suas atividades descritas na Tabela 1:



Tabela 1: Charqueadas e suas atividades

Nome	Atividade
Charqueada Santa Rita	Pousada de Charme, gastronomia e eventos
Charqueada São João	Visitação guiada, gastronomia, eventos e passeio de barco
Charqueada Costa do Abolengo (Boaventura Rodrigues Barcelos)	Visitação, eventos
Charqueada da Boa Vista (Barão do Arroio Grande)	Visitação, gastronomia, eventos e passeio de barco

Fonte: Elaboração própria

Apesar das atividades descritas acima, não há uma rede diversificada de serviços associados aos oferecidos por estes empreendimentos, assim como não há um envolvimento da população do entorno imediato, nas atividades turísticas, o que poderia contribuir para o desenvolvimento da área de uma forma mais ampla.

Além das Charqueadas, é possível identificar outros bens culturais que poderiam integrar esta atividade turística, dentre eles: Clube Arealense, Associação de Bairro, CTG Negrinho do Pastoreio, Orquestra Estudantil do Areal, a Cacimba das Nações e o Obelisco Republicano, que também servem como referência à formação do município. Destaca-se, ainda, serviços como restaurantes e produção de artesanato, que não são incluídos na chamada “Rota das Charqueadas”. Deste modo, o turismo ali desenvolvido, acontece de forma fragmentada, já que cada sede promove seu produto e serviço com pouca interação entre si. Além disso, a atividade também exclui a participação da população que vive no entorno e esta, por sua vez, encontra-se em significativa vulnerabilidade socioeconômica. Seu papel é de mera observadora do protagonismo cultural e comercial dos estabelecimentos turísticos vizinhos, já que está completamente deslocada das decisões e dos resultados econômicos e sociais provenientes da atividade turística existente no local.

Esse processo de exclusão é uma característica histórica de formação do Brasil, e conforme explica Bacelar de Araújo (1999, p. 2)

ao longo de quatro séculos, desde seu descobrimento pelo capital mercantil em busca de internacionalização, até o século atual, o Brasil se



constituiu como um país rural, escravocrata e primário – exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano - industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas.

O que se vê, portanto, é a marginalização das populações, e quando muito, o que existe é uma relação hierárquica de relações de trabalho, não havendo um planejamento para o desenvolvimento de parcerias entre moradores e o atrativo turístico, evitando assim, qualquer forma de participação e/ou empreendedorismo por parte dos locais.

Diante desta situação, na qual as comunidades receptoras ficam à margem dos benefícios do crescimento do turismo e poucos são os que colhem os frutos e que são “efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local [...] a realidade contemporânea mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido” (MENDONÇA e IRVING, 2006, p. 87). Neste sentido, verifica-se a necessidade de mudança nas práticas e nos paradigmas no que tange à metodologia do desenvolvimento turístico.

Espera-se a inclusão da comunidade tanto nas decisões como nos benefícios do turismo, no entanto, como conseguir o envolvimento e o protagonismo diante de uma realidade sociocultural tão precária? Como esperar o surgimento de uma expressão genuína sem ao menos a formação histórica ser de conhecimento desta população?

2.4 Ações educativas da Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP)

A PMP desenvolve diversas ações educativas e informativas através da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Pelotas (SDETI)³, que têm como objetivo difundir, junto à população local, o processo de formação histórica do município, bem como divulgar seus atrativos, instigando ao público a conhecer, valorizar, preservar e também de participar no processo de divulgação dos atrativos. Além de apresentar a atividade turística como instrumento de valorização e de preservação do patrimônio, mostra-se como essa atividade também é capaz de gerar renda aos envolvidos, estimulando assim, a hospitalidade e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo.

Dentre as atividades realizadas, destacam-se palestras em escolas, cursos de capacitação com agentes turísticos locais, passeios guiados pelo centro histórico, e sempre que possível a visita se estende até às charqueadas e a praia do Laranjal. Os materiais de divulgação também servem como instrumento de sensibilização patrimonial, já que incluem

³ As atividades foram temporariamente paradas devido à Pandemia do Coronavírus.



maquetes impressas de diferentes casarões tombados do município e folders com fotos e informações dos pontos turísticos. Existem também, as opções virtuais por meio dos aplicativos para *smartphones*, sendo eles o “Pelotas Tem” e o “Turismo Virtual em Pelotas”, que permitem conhecer o histórico em áudio ao utilizar os *QR Codes* que se encontram em placas ou em adesivos em frente aos atrativos. Os aplicativos também permitem ao usuário, acessar de forma lúdica, fotos do município, jogos virtuais e maquetes virtuais.

Além destas ações, o evento “Saber Ambiental”, realizado em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), acontecia, em média, duas vezes ao ano e atendia centenas de crianças de escolas públicas por meio de atividades de educação ambiental e patrimonial.

No Plano Municipal de Turismo de Pelotas 2017- 2024 (PMT), as ações de Sustentabilidade e Sensibilização constam como um eixo de trabalho e, junto ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), a pauta é discutida com o intuito de avanço quanto à capacidade de intensificar a realização destes ou através da elaboração de novos projetos que sejam capazes de impactar de forma mais assertiva e significativa ao município e sua população. Uma das alternativas discutidas e trabalhadas pela SDETI e o COMTUR, é tornar como parte do conteúdo programático nas escolas, a abordagem do Turismo como tema das aulas de campo sobre ciências humanas e naturais, a exemplo de tantas outras cidades internacionais, como nacionais⁴, que vêm aplicando este conteúdo com o objetivo de mostrar aos estudantes, a importância desta atividade para a economia local.

Este trabalho de sensibilização requer muita dedicação, continuidade e paciência já que visa a mudança de atitude e do modo de pensar de uma determinada população. Porém o esforço é válido, sendo muitos os benefícios alcançados e, o principal deles, é o sentimento de pertencimento colhido, que influencia o sujeito, empoderando-o para que se torne um agente transformador e fiscalizador para a preservação do meio ambiente e do patrimônio local.

Com relação às atividades desenvolvidas pelas Charqueadas cabe destacar as ações pontuais de duas delas: a Charqueada São João⁵ tem um programa para as escolas públicas, cujo valor do ingresso é inferior dos demais visitantes, e as crianças têm a oportunidade de assistirem um vídeo que conta os primórdios do estabelecimento da indústria saladeiril no município, participam de uma visita guiada quando podem conhecer os detalhes da história

⁴ Alguns exemplos de cidades que possuem o turismo em sua grade curricular são as cidades de Gramado/ RS, Salto/ SP e Itapema/SC.

⁵ Informação coletada junto ao proprietário Marcelo Mazza.



do prédio, dos utensílios, hábitos e forma de trabalho, com destaque para a mão de obra escrava.

Já na Charqueada da Boa Vista, as ações são voltadas à educação ambiental. O espaço possui uma plantação de diferentes espécies florestais nativas e exóticas, além de estar localizada, assim como as demais charqueadas, à margem do Arroio Pelotas, o que possibilita o contato com fauna e flora locais. A Charqueada da Boa Vista, em parceria com a unidade local do DNIT, representada pela Gestão Ambiental das obras de duplicação da BR-116/392, e da Prefeitura de Pelotas, por meio da SDETI, já realizou uma edição do projeto “Saber Ambiental” e, até 2020 antes da pandemia do coronavírus, o local recebia escolas e turistas em geral.

Essas ações são importantes ao proporcionar o contato dos indivíduos com o seu patrimônio, porém este pode se tornar um instrumento de aprendizagem, apropriação e valorização da cultura como forma de incluir a população no processo

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir... Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES in: ABREU, 2003, p. 27).

Sendo assim, as ações, tanto da Prefeitura quanto dos proprietários das charqueadas, são de cunho geral e não incluem a população como atores do processo de desenvolvimento. Servem tanto aos visitantes locais como externos, mas não como instrumento de transformação para a população do entorno das sedes, que não participam de forma ativa e não se apropriam desses bens que permanecem como símbolo do período áureo da economia pelotense, representando a classe hegemônica, o que perpetua a exclusão.

Esta falta de inclusão e apropriação resulta em uma atividade turística isolada, solitária entre os atrativos e seus visitantes, já que a população não participa em nenhuma fase do processo, seja no planejamento das ações, no desenvolvimento da atividade turística, nem tampouco em seus resultados econômicos. Ao considerar o patrimônio como ativo cultural para o desenvolvimento territorial, a participação da população seria de extrema relevância, enquanto ativo social.



3. O Turismo de Base Comunitária como ferramenta de desenvolvimento regional

É evidente que as charqueadas, conforme abordado anteriormente, possuem forte valor cultural e que, mesmo em fase de desenvolvimento, estão sendo exploradas pela atividade turística como uma oportunidade de gerar receita, ao mesmo tempo que oportunizam acesso ao público nestes estabelecimentos outrora abandonados ou privativos às famílias dos proprietários. Porém, a afluência do público se restringe a uma pequena porcentagem privilegiada daqueles participantes e consumidores das atividades e dos serviços prestados pelas charqueadas, sendo uma das únicas formas da população menos favorecida ter acesso a parte destes serviços, é por meio da visitação com as escolas.

Não há oferta de produtos e serviços que inclua ou conte com a participação da população local. Os poucos produtos e serviços que ali existem e que surgem da iniciativa destes moradores, são minimercados, padarias, ferragens, etc., ou seja, comércio de abastecimento do público residente. Essa limitação da participação da população local, ocorre devido a uma congruência de fatores que variam entre a baixa capacidade econômica desta em consumir os serviços oferecidos pelos empreendimentos turísticos do local (como apresentado no item 1.1); falta de conhecimento e apropriação por parte dos moradores, quanto à importância histórica das charqueadas, gerando assim, imparcialidade quanto à curiosidade de conhecer estes espaços históricos; a falta de compreensão sobre as possibilidades oferecidas pela atividade turística; e por último, a tímida ação de políticas públicas e sociais que favoreçam a proximidade da comunidade com seu patrimônio, bem como que fomentem sua participação no turismo.

De acordo com o decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, entende-se o Turismo de Base Comunitária (TBC) como

Um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

O TBC não é um segmento turístico, e sim, uma forma de organização e de desenvolvimento do turismo em uma determinada localidade, independente do segmento que faça parte, sendo que a comunidade do entorno é altamente ativa desde o planejamento à



execução da atividade, sendo participe, também, dos resultados econômicos e sociais do turismo.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), seriam cinco os princípios norteadores para a implementação do TBC: Conservação da Biodiversidade; Valorização da História e da Cultura; Protagonismo Comunitário; Equidade Social; Bem Comum; Transparência; Partilha cultural; Atividade complementar; Educação; Dinamismo cultural e Continuidade.

Considerando que significativa fração dos empreendimentos turísticos no território brasileiro, ainda são concentrados pelas grandes empresas, resultando também, a concentração dos benefícios econômicos a esta pequena parcela, nesta forma de gestão, o TBC traz resultados econômicos de forma mais justa para a comunidade. Uma alternativa altamente significativa para o turismo na Rota das Charqueadas, já que pode utilizar-se desta forma de gestão para alcançar o Desenvolvimento Regional com benefícios diretos à população local, sejam eles econômicos, de preservação ambiental e patrimonial e de valorização da cultura local.

Considerações finais

O desenvolvimento de ações integradas de Preservação do Patrimônio Cultural passa necessariamente pela participação ativa das populações locais, do mesmo modo o Turismo de Base Comunitária propõe um protagonismo dessas comunidades, gerando benefícios sociais, econômicos e culturais/ambientais.

As sedes das Charqueadas pelotenses, remanescentes de um período de grande crescimento econômico, associado à exploração de mão de obra escravizada, se apresentam como testemunho deste período, constituídos por uma paisagem única, onde existe um apelo histórico e uma grande conexão entre o homem e o meio natural, favorecidas pelo fato de estarem localizadas às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, importantes vias fluviais da região.

Somente após 17 anos da promulgação da lei que estabeleceu o Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas (Lei 4568/2000), as Charqueadas foram incluídas como bens a serem salvaguardados pelo município, assim como as ações educativas e de valorização desses espaços se restringem quase que exclusivamente à esfera privada, de iniciativa dos proprietários desses estabelecimentos. Atualmente das 13 sedes somente quatro são acessíveis aos turistas, as restantes somente podem ser visualizadas através de passeio de barco. Além disso, quase metade das sedes se encontram em áreas de ocupações irregulares e onze delas em áreas de preservação permanente – pela proximidade com os cursos d'água.



Apesar da importância das Charqueadas para a formação urbana de Pelotas, as populações lindeiras a estes estabelecimentos têm uma participação quase nula no que se refere aos benefícios da implementação de um roteiro turístico cultural.

A partir dessas conclusões sugere-se as seguintes ações:

I - A constituição de um plano de preservação integrado, que vise o desenvolvimento local e regional, elaborado a partir de critérios técnicos definidos por equipe interdisciplinar, que complemente e regule as diretrizes presentes no Plano Diretor Municipal e na Lei do Inventário;

II - A implementação de ações voltadas à Educação Patrimonial, como agente de promoção do desenvolvimento local, de forma a incluir e conscientizar a comunidade local a respeito da sua história e da importância de seu patrimônio como elemento possibilitador deste desenvolvimento;

III – Estruturação do Turismo de Base Comunitária para as comunidades lindeiras às charqueadas, a partir de quatro etapas: Diagnóstico, Organização, Direcionamento e Comercialização.

Todos esses elementos reafirmam a necessidade de ações urgentes que fortaleçam os vínculos das comunidades locais com o Sítio Charqueador, através de ações que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas. Desse modo o TBC associado ao segmento cultural se apresenta como uma importante ferramenta de desenvolvimento e de fortalecimento dos vínculos entre as comunidades e o meio em que vivem como forma a fomentar o desenvolvimento com base comunitária e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- BACELAR DE ARAÚJO, Tania. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr-jun de 1999.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Edição 2. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em agosto de 2017.
- _____. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.



BRASÍLIA, DECRETO 9.763/2019. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.** Brasília, 17 de setembro de 2008.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense** 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000299.pdf>.

_____. Ester Judite Bendjouya (coord.). **Diretrizes para a área de especial interesse cultural “sítio charqueador pelotense”** /Relatório Final. Ministério da Educação Prefeitura /Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Secretaria Municipal de Cultura/Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira/ Municipal de Pelotas /Secretaria Municipal de Urbanismo. Pelotas, 2006.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO).. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes.** Ministério do Meio Ambiente, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Versão online. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em 21/02de 2021.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda e IRVING, Marta de Azevedo. **Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária.** In Comunidades sustentáveis: a partir do turismo com base local. TREVIZAN, Salvador D. P. (Org.). Ilhéus, BA: Editus, 2006.

PELOTAS, LEI 4568/2000. **Declara área da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCS** - lista seus bens integrantes e dá outras providências. Pelotas: julho de 2020.

PELOTAS. LEI 4977/2003. **Institui o Roteiro das Charqueadas como referência Cultural e dá outras providências.** Pelotas: 14 de outubro de 2003.

_____. **Plano Municipal de Turismo de Pelotas 2017- 2024.** Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação. Pelotas, setembro de 2017.

SÁ BRITTO, N. D. S. **Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada: reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano na cidade de Pelotas-RS.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 3, p. 585-601, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892>. geosp.2014.84539. Acesso em: 01/05/2021.



SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista território**, v. III, n. 4, jan./jun. 1998.

TOMIO, Iara Rozoita Papp; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Turismo, memória e planejamento: o patrimônio cultural de Antônio Prado-RS (Brasil). **Revista Rosa dos Ventos**, vol. 12, núm. 1, 2020. Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4735/473563286012/html/index.html>. Acesso em: 01/05/2021.